

Bole
el: F. Gaspar



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

Sessão n.º 01

29 de dezembro de 2021

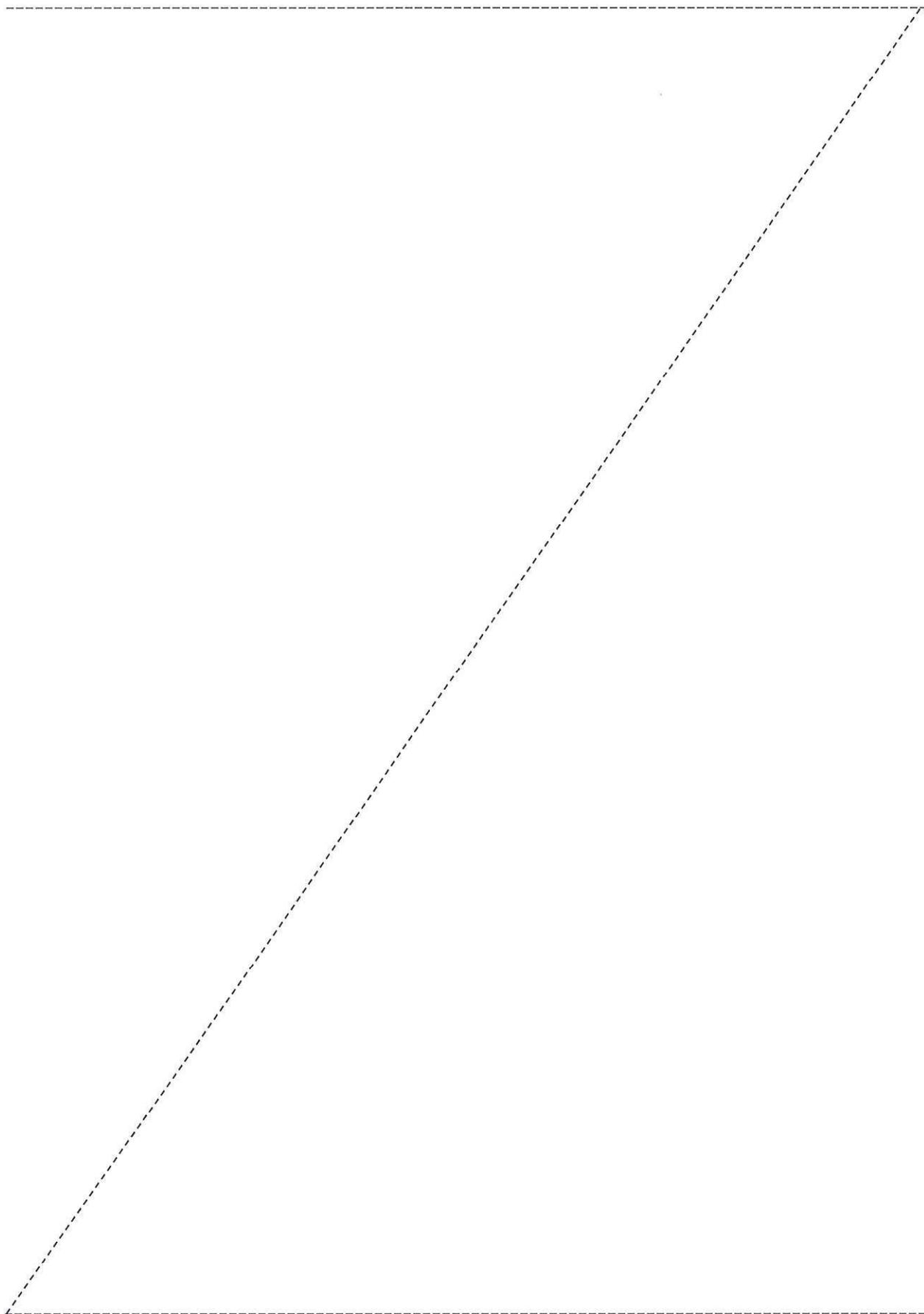
Sessão Ordinária

Início da sessão
21h15 horas

Términus da reunião
23h30 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino
Vice-Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar
Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha

Boal
F. Garfani



ATA N.º 01

--- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no Cine-Teatro de Almeirim, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada no seguimento do Processo Eleitoral realizado nas Assembleias Municipais dos Municípios integrantes da CIMLT, e da eleição dos membros desta Assembleia Intermunicipal, de acordo com os artigos 43.º e 44.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicáveis por determinação do artigo 104.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Eurico Manuel Lopes Henriques, Gustavo Gaudêncio da Costa, Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, João Pedro Antunes Osório, Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, Nelson Caetano Rodrigues, Armando Jorge Adrião Calixto, Mário Jorge Campos Pereira, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, António José Rabaça Silva Ribeiro, Mário Rui Filipe Santos, José Augusto Santos de Jesus, Pedro Miguel Martins Braz, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Luís Alberto Ferreira, Francisco Artur Gomes Gaspar, Rui Manuel Narciso Maltez, Daniel Teodoro Catarino Romão, Tiago Filipe Francisco Santos, Filipe Montez Coelho Madeira, Carlos Jorge Coelho Neto, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, Dina Maria Gomes Rocha, Carla Patrícia Lopes Neto, Luís Manuel da Graça Batista e Filipe Frade Brígida. -----

--- Faltaram à sessão António José da Fonseca Nobre, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra, Augusto Gonçalves Parreira, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, Nuno Miguel Ferreira Monteiro, Rui Pedro de Sousa Barreiro, tendo apresentado a respetiva justificação de ausência.-----

--- A lista de presenças consta dos documentos anexos à presente ata. -----

--- Nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aplicável por determinação do artigo 104.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 84.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

Ordem do Dia-----

Al. Bado
F. Barfor

--- 1 - Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo;-----

--- 2 - Indicação dos líderes de cada Grupo Político;-----

--- 3 - Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal;-----

--- 4 - Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal;-----

--- 5 - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 6 - Apreciação de análise sumária e demonstrações orçamentais e financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2021 e do parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----

--- 7 - Apreciação e votação de orçamento para 2022, grandes opções do plano 2022-2027 e mapa de pessoal para 2022;-----

--- 8 - Apreciação e votação de proposta de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação da proposta de orçamento para 2022 e grandes opções do plano 2022-2027;-----

--- 9 - Apreciação e votação de proposta de segunda revisão ao orçamento para 2021 e grandes opções do plano 2021-2025, e autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas;-----

--- 10 - Apreciação e votação de autorização para a assunção de compromisso plurianual, com prazo de execução superior a 36 meses, para aquisição através de leasing de uma viatura 100% elétrica ao abrigo de candidatura aprovada ao Fundo Ambiental.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dando posse aos membros presentes na sessão.-----

--- Passou-se de seguida à constituição de uma Mesa ad-hoc, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, composta pelos membros mais antigos do Órgão, sendo eles a senhora deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão e Francisco Caneira Madelino.-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, tendo sido registadas as seguintes operações: -----

--- 1. APRESENTAÇÃO DE LISTAS E SUA CONSTITUIÇÃO-----

--- Foi entregue na Mesa ad-hoc uma lista única para constituir a Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, com os seguintes candidatos: -----

--- Para Presidente: Francisco Caneira Madelino (PS);-----



--- Para Vice-Presidente: Francisco Artur Gomes Gaspar (PSD);-----

--- Para Secretário: Dina Maria Gomes Rocha (PS).-----

--- 2. CONTAGEM DOS BOLETINS DE VOTO-----

--- N.º de Boletins de Voto: 40;-----

--- N.º de Boletins de Voto Utilizados: 32; -----

--- N.º de Boletins de Voto Não Utilizados: 8; -----

--- N.º de Boletins de Voto Inutilizados/Deteriorados: 0. -----

--- 3. APURAMENTO DOS RESULTADOS ELEITORAIS -----

--- A Mesa ad-hoc indicou de seguida os resultados eleitorais: -----

--- N.º de Votantes: 32;-----

--- N.º Votos Sim: 26;-----

--- N.º de Votos em Branco: 6; -----

--- N.º Votos Não: 0;-----

--- N.º de Votos Nulos: 0.-----

--- 3. CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMLT -----

--- Presidente: Francisco Caneira Madelino;-----

--- Vice-Presidente: Francisco Artur Gomes Gaspar;-----

--- Secretário: Dina Maria Gomes Rocha.-----

--- Usou da palavra o recém-eleito **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, saudando todos os presentes, em seu nome e dos seus colegas de Mesa, e agradecendo a votação.-----

---Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, para questionar que tipo de reunião seria aquela, uma vez que tinham recebido do senhor Presidente da Assembleia cessante uma Convocatória para uma assembleia ordinária e, de acordo com a Lei e o Regimento, uma sessão ordinária tinha um Período Antes da Ordem do Dia, o que não tinha havido neste caso. Prosseguiu dizendo que não se conseguia perceber como é que um presidente cessante convocava uma reunião ordinária para aprovar pontos em concreto. Referiu que de certo não seria o único a ser convocado para uma tomada de posse e eleição da Mesa da Assembleia. No entanto, e após consulta da Convocatória tinha verificado que era afinal uma reunião ordinária para aprovação de orçamento, revisão orçamental e mapa de pessoal, convocada pelo Presidente da Mesa do mandato anterior e não do atual mandato. Assim, quis saber se tinha sido verificada a legitimidade para essa convocação. Por outro lado, tendo em conta a data da Convocatória para o final do ano, entre épocas festivas, não tendo tido tempo de ler as matérias que eram extensas, e sendo que o orçamento podia ser apreciado e aprovado até março, o senhor Deputado disse não entender porque não tinham sido

primeiro empossados os elementos da Assembleia Intermunicipal, e só depois terem acesso à documentação, que só os eleitos e membros da presente Assembleia Intermunicipal deveriam ter acesso. O senhor Deputado solicitou que, de futuro, os serviços da CIMLT, ao enviarem os emails com a documentação, não enviassem os emails pessoais de cada membro da Assembleia aos outros membros desta Assembleia. Disse ainda ficar a aguardar pela legalidade da Convocatória do senhor Presidente da Assembleia cessante pelo atual Presidente da mesma, para tratar de assuntos deste mandato. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, começando por explicar que relativamente à questão da Convocatória para a presente Assembleia, não estavam de facto duas Assembleias, ou seja, uma para instalação dos órgãos e outra com os pontos da ordem de trabalhos, reconhecendo que a matéria levantada pelo deputado Mário Pereira podia fazer todo sentido, uma vez que o Presidente da Assembleia cessante fazia uma Convocatória para Assembleia seguinte. Lembrou, no entanto, que os pontos da Assembleia eram solicitados pelo Conselho Intermunicipal da CIMLT, já legitimado e empossado legalmente. Assim sendo, colocou à apreciação da Assembleia se deviam ou não continuar a mesma. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, acrescentado que todos percebiam as circunstâncias em que a Assembleia tinha sido convocada. Sugeriu que a Mesa colocasse aquela decisão à consideração da Assembleia Intermunicipal, nomeadamente a votação, e no caso de alguém querer impugná-la, que o fizesse desde logo, para que não fossem praticados atos nulos. O senhor Deputado solicitou ainda ao senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal que em futuras Assembleias distinguisse estes momentos e tivesse algum cuidado para que estas Assembleias não coincidissem com as Assembleias Municipais. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que estava a confirmar algumas questões com o senhor Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Torres, mas que tinha havido um conjunto de Assembleias Municipais que só tinham indicado os membros da Assembleia Intermunicipal no dia 20 de dezembro, e que não se podia convocar os membros da Assembleia Intermunicipal, sem se ter os 40 eleitos para convocar. Referiu que o Conselho Intermunicipal era composto por pessoas de variadíssimas ideias e cores políticas, mas sempre numa lógica de resolver problemas, e acrescentou que não tinha de se meter nesta situação estrita e formal, mas que se alguém detetasse que alguma coisa não estava correta nas Assembleias ou Convocatórias, que o devia dizer. Mencionou ainda que para a Comunidade Intermunicipal havia algumas questões muito importantes na presente Assembleia, tais como a nomeação do Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, a revisão orçamental e outras. Concluiu dizendo que os senhores Deputados é que decidiam,

mas deixou o apelo, e eventualmente se no futuro verificassem algumas questões que formalmente não estavam corretas, contactassem os serviços da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, começando por cumprimentar todos os presentes e desejando um bom mandato a todos. Prosseguiu dizendo que estavam a questionar porque que estavam naquele local, mas obviamente que era porque tinham sido eleitos. Assim, o senhor Deputado propôs à Mesa que submetesse a Ordem de Trabalhos a votação ou que seguisse os trabalhos normalmente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Jorge Campos Pereira (CDU)**, querendo esclarecer dois pontos prévios: em primeiro lugar que legalidade era sempre importante e em segundo lugar que teria sido importante que o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal tivesse ouvido o que disse. O "timing" às vezes era precioso e quando só na véspera se abria o mail porque se achava que se estava convocado para um ato de instalação e tomada de posse, era normal que não houvesse tempo para nada. Assim, era naquele momento que se deviam colocar as dúvidas com o Presidente eleito, o que tinha sido feito pela CDU. O senhor Deputado referiu que a todos preocupava a região, o orçamento, a compra do carro, ou a eleição do Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, porque todos tinham sido eleitos para representar a região. Lembrou que eram novos Assembleia Intermunicipal e não tinham os contactos do Presidente da Assembleia Intermunicipal, para lhe comunicarem que a presente Convocatória não estava totalmente correta. Assim, o teor da intervenção da CDU tinha sido no sentido de uma chamada de atenção e nunca no sentido de não deixar prosseguir os trabalhos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que era Presidente de uma Assembleia Municipal e que o primeiro ponto da agenda na instalação de qualquer Assembleia Municipal ou qualquer órgão era a instalação do Órgão, para poder logo de seguida funcionar. Assim sendo, e por tudo que tinha sido dito, colocou à votação a agenda da Assembleia, no sentido de ficar formalmente correta.-----

--- Colocada à votação a agenda da Assembleia, foi votada por **unanimidade a continuação da sessão da Assembleia**.-----

--- Passou-se de seguida para o **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Indicação dos líderes de cada Grupo Político**.-----

--- O PS indicou como líder de bancada a senhora Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho e, em sua substituição, o senhor Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão.-----

--- O PSD indicou como líder de bancada o senhor Deputado José Augusto Santos de Jesus e, em sua substituição, o senhor Deputado Ricardo Alexandre Frade de Oliveira.-----

--- A CDU indicou como líder de bancada o senhor Deputado João Pedro Antunes Osório e, em sua substituição, a senhora Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço.-----

--- Estando o Bloco de Esquerda representado na Assembleia Intermunicipal da CIMLT pelo senhor Deputado Nuno Miguel Ferreira Monteiro, o mesmo é também o líder de bancada.-----

--- Estando o CDS-PP representado na Assembleia Intermunicipal da CIMLT pela senhora Deputada Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, a mesma é também a líder de bancada.-----

--- Estando o Movimento 2021 É O ANO representado na Assembleia Intermunicipal da CIMLT pelo senhor Deputado Rui Manuel Narciso Maltez, o mesmo é também o líder de bancada.-----

--- Passou-se de seguida para o **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal.**-----

--- Submetido à votação o Regimento da Assembleia Intermunicipal, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida para o **Quarto Ponto da Ordem do Dia - Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, começando por desejar a todos um bom ano e um bom mandato. De seguida explicou que a CDU não se opunha à eleição do atual Primeiro-Secretário. Contudo acrescentou que era um cargo com grande importância e poder em termos de funções, bem como de muita responsabilidade. Por isso, a CDU gostava que a eleição fosse feita pelo povo num processo igual à regionalização e não no processo atual.-----

--- Submetida à votação a **Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal**, o mesmo foi **ELEITO, POR VOTO SECRETO, COM 24 VOTOS A FAVOR E 8 VOTOS BRANCOS.**-----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que era um gosto e um prazer trabalhar com António Torres, que estava no cargo de Primeiro-Secretário há muitos anos. Frisou ainda que António Torres, como Primeiro-Secretário, estava no top 3 a nível do País. Quis por isso expressar publicamente que era um orgulho e um prazer tê-lo como Primeiro-Secretário da CIMLT.-----

---Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deixando os parabéns pela eleição do Primeiro-Secretário da CIMLT.-----

--- Passou-se de seguida para o **Quinto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal.**-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (CDU)**, focando-se na Autoridade de Transportes, sobre a qual colocou duas questões: uma sobre às negociações que estavam a ser efetuadas relativamente aos passes através do PART, junto da Área Metropolitana de Lisboa, e outra sobre o concurso dos transportes da Lezíria do Tejo, que tinha ficado deserto. A página 32 do Relatório de Atividades da CIMLT referiu que estavam a analisar vários cenários possíveis, mas tal era muito vago e pretendia mais esclarecimentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, questionando se a Comunidade Intermunicipal tinha sido ouvida nas questões do PRR, relativamente à Ponte da Chamusca e ao IC13, bem como à renovação da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando pela última questão. Referiu que a Comunidade Intermunicipal tinha dado resposta ao PRR, sinalizando a questão do IC13 e da ponte da Chamusca / Golegã. A CIMLT queria a ligação feita e inclusive já tinha proposto fazer a obra por administração direta. Também se colocou a questão do nó de Santarém e do aeroporto de Benavente. Em relação ao PART, informou que o Primeiro-Secretário da CIMLT daria as explicações pormenorizadas, mas adiantou que a CIMLT estava a ver um conjunto de possíveis alternativas, com o objetivo de garantir que no futuro tivessem a melhor das soluções, com um serviço de melhor qualidade, sem naturalmente custos para as autarquias. Ou então, se as autarquias tivessem custos, ficava na lógica de que quem pagava mandava. Ainda sobre as questões do PART, referiu que o Primeiro-Secretário da CIMLT é que tinha vindo a fazer todas as negociações. A CIMLT tinha vindo também a pedir ao Governo para reforçar o PART, sendo que o que seria correto era conseguir que a fórmula que se conseguiu para Azambuja fosse alargada a todo o território da Lezíria, que vai até Mato Miranda (Golegã), e até mesmo ir para além do território da Lezíria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por dizer que o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT já tinha falado sobre o concurso e que ele tinha ficado deserto, sendo um caso singular porque a Barraqueiro tinha 50% e a Transdev tinha os outros 50% no País. Nenhuma das duas entidades concorreu e ainda para mais meteram um processo em tribunal, ou seja, não concorreram e ninguém poderia concorrer, mas já tinham retirado a queixa. O senhor Primeiro-Secretário prosseguiu dizendo que a CIMLT estava a estudar todas as possibilidades, sendo que, tal como tinha dito o senhor Presidente, quem metia dinheiro mandava. Sendo uma descentralização de competências do Governo para as Autarquias, disse esperar que em fevereiro de 2022 já tivesse todas as possibilidades do novo concurso. Relativamente aos passes, referiu que se conseguiu negociar o passe do comboio para Azambuja de 40,5€, com adesão ao passe Navegante – Lisboa. No restante

referiu que se pagava com desconto de 30% no transporte ferroviário e 35% de desconto nos transportes rodoviários. No novo período escolar tinha-se utilizado o PART para que todos os estudantes, desde o ensino primário ao secundário, não pagassem transportes. Assim, podia dizer-se que na Lezíria do Tejo nenhum estudante pagava transporte para ir para a escola.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando a razão da impugnação da empresa ao concurso dos transportes e o que queria dizer as siglas PART.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que o PART era o apoio à redução tarifária nos transportes e que todas as pessoas que tinham um passe eram abrangidas. Em relação ao concurso, disse não conseguir compreender porque a Transdev e a Barraqueiro não tinham concorrido.-----

--- Usou da palavra o senhor Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD), colocando duas questões: se o programa do PART era ou iria ser extensível ao ensino superior e se, sabendo que tal era financiado por dinheiros públicos e impostos, os incentivos se traduziam num aumento do número de passageiros.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que este programa ia no terceiro ou quarto ano e que gradualmente tinha vindo a crescer. Numa primeira fase tinha-se tentado reduzir os passes das pessoas que tinham deslocações casa-trabalho, entre Azambuja e Santarém, na linha de comboio e colocar uma redução de 35% nos transportes rodoviários. Com o upgrade ligeiro que tinha havido e com as Câmaras a meterem 25%, estendeu-se até aos alunos do 12º ano. Essa questão podia ser colocada e estava bem vista, com respeito aos politécnicos de Santarém, aos alunos do distrito que frequentavam não só Santarém e Rio Maior. Era uma questão que se podia colocar em anos futuros. Relativamente a questão do PART, referiu que antes da pandemia tinha havido um aumento de cerca de 20% na utilização dos transportes públicos na Lezíria do Tejo. Entretanto, a pandemia tinha desregulado completamente estes indicadores e neste momento estavam a pagar compensações aos operadores, estando a utilizar o PART para pagar e compensar os operadores da redução de passageiros. Disse ainda que uma das grandes preocupações na Lezíria era a redução do CO2 e ter um território de excelência ambiental, desde as questões da água, esgotos, fecho de ruas, mais bicicletas, mais carros elétricos, mais árvores e mais transportes públicos, e o PART ajudaria neste sentido.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, lembrando que as pessoas tinham deixado de comprar passes de Santarém, Cartaxo ou Mato Miranda – Lisboa. Toda a gente comprava passes para Azambuja e depois comprava o

Navegante de 40,5€, porque este permitia ir para Lisboa e andar em toda a Área Metropolitana. Isto era uma nota importante.

--- Passou-se de seguida para o **Sexto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação de análise sumária e demonstrações orçamentais e financeiras da CIMLT reportadas ao final do 1.º semestre de 2021 e do parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**

---Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, referindo que na demonstração do primeiro semestre, nas receitas surgia uma taxa de execução baixa, na ordem dos 38,2%, e nas despesas uma execução orçamental de 14,4%. Quis saber porque não se tinha conseguido concluir estes projetos e se se conseguiam concluir até ao final do ano. Pretendeu também saber se os planos de combate ao insucesso escolar, programa de ação da rede da Lezíria do Tejo, o programa do PART, os estudos das cartas temáticas e do terminal rodoviário tinham sido executados e quanto é que tinha sido executado. Disse saber que não tinham sido. Caso contrário não existiria na Ordem de Trabalhos da presente sessão o ponto 9 - Apreciação da revisão orçamental 2021. O senhor Deputado solicitou que o senhor Presidente explicasse o porquê da revisão e não se desculpasse a dizer que o COVID era culpado de tudo.

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que o senhor Deputado saberia, até por funções anteriores, que as questões de execução orçamental não eram fáceis. No que dizia respeito ao PART, lembrou que andavam a discutir com os operadores. Sobre a questão do terminal rodoviário, referiu que o objetivo era fazer o terminal rodoviário em Santarém, uma vez que o terminal que existia na atualidade era propriedade de uma empresa e não se podia colocar esse local como sendo o terminal, porque indo a concurso haveria alguém com privilégios sobre esse local e assim não era possível. Então tinham assumido que iria existir outro terminal, já conversado com a Câmara de Santarém, tendo o concurso ficado deserto e também atrasado fruto do COVID. Sobre o programa do sucesso escolar, referiu que a segunda fase já tinha sido aprovada. Disse ainda que era verdade que o COVID não justificava tudo, mas que tinha havido coisas atrasadas, fruto da pandemia. Considerou que se não tivesse havido COVID teria havido gente para o concurso e se houvesse gente para concurso, o terminal já estaria a andar e o PART estava resolvido de uma forma harmoniosa.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, fazendo uma interpelação à Mesa. Referiu que estavam a discutir o Ponto 6, que era a apreciação da análise sumária da demonstração orçamental e financeira da CIMLT, reportadas ao final do primeiro semestre, e que o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal tinha respondido à execução do segundo semestre e que o Primeiro-Secretário também se preparava para responder sobre o segundo

semestre. Segundo o senhor Deputado, o que se devia discutir era o que estava na Ordem de Trabalhos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que naquele Órgão sempre tiveram um relacionamento que diria diferente, e que quem quisesse fazer política teria de ir para Assembleia da República. Na opinião do senhor Presidente, tinha estado a responder a uma questão que fazia todo o sentido.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, respondendo ao senhor Deputado João Pedro Antunes Osório e lembrando que não tinha possível andar com o Laboratório Móvel pelas escolas, devido à pandemia. Também não tinha sido possível executar o programa de espetáculos da Lezíria em Rede, no primeiro trimestre, porque estava tudo confinado. Não tinha sido possível ainda fazer seminários sobre educação positiva, devido ao confinamento. A COVID de facto justificava mesmo muita coisa. Sobre o PART, referiu que só tinham negociado as compensações do primeiro semestre, quatro dias antes das eleições, e ainda não tinham negociado o segundo semestre. Em termos de cartas temáticas, a carta social, a carta educativa e a carta da saúde, a CIMLT tinha tentado elaborar as cartas, para que os senhores Presidentes as pudessem ter antes das eleições, para as aprovar. Por vicissitudes próprias de obtenção de informação junto das Câmaras, que às vezes demorava mais do que era necessário, a CIMLT considerou que em vez de estar a fechar à pressa, seria melhor ser o novo Executivo a aprovar. Quanto ao terminal rodoviário, informou que o projeto estava na Câmara de Santarém, o protocolo estava também ser analisado e havia também aqui um delay. O concurso tinha ficado deserto e, portanto, iam fazer as coisas com calma e dar oportunidade ao novo Executivo para apreciar o projeto que CIMLT tinha submetido à Câmara. Em conclusão, voltou a dizer que o COVID tinha tido nitidamente implicação em todos os projetos.-----

---Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando se não se perdia o financiamento para essas verbas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, respondendo que não se perdia esse financiamento. Para o Sucesso Escolar iriam propor a reprogramação. No que dizia respeito à Programação em Rede, o projeto tinha decorrido no segundo semestre fabulosamente bem em todos os Municípios e agora iriam ter uma segunda fase. As candidaturas iriam ser reprogramas e o montante de FEDER não se perdia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando que lhe explicassem todo o processo do terminal rodoviário.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por dizer que tinham de lançar um concurso público para conceção de transportes públicos na Lezíria do Tejo. O terminal rodoviário de Santarém era privado, o operador pagava cerca de dez mil a onze mil euros de renda mensais e não se podia colocar num concurso público internacional que o terminal iria ser aquele onde havia um privado e onde havia um operador que tinha um contrato de aluguer privado. Ou seja, estava em vantagem. Fora isto, tinha havido uma discussão durante um ano com Executivo da Câmara de Santarém, no sentido da Câmara ter um terminal público. A ideia era fazer um terminal onde o futuro operador pudesse pagar os mesmos dez mil euros e esses dez mil euros permitiam pagar o empréstimo que a CIMLT iria contrair para fazer o terminal. Ao fim de algum tempo o terminal passaria para a Câmara, desde que a CIMLT e os outros Municípios não perdessem dinheiro. Portanto a ideia era ter um terminal de cariz público e não privado.-----

---Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, agradecendo todos os esclarecimentos prestados e referindo que tinha sido muito útil para toda a Assembleia. Disse saber destas questões, pelas funções anteriores que tinha, mas os restantes membros da Assembleia não saberiam.-----

--- Passou-se de seguida para o **Sétimo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de orçamento para 2022, grandes opções do plano 2022-2027 e mapa de pessoal para 2022.**-----

--- Usou da palavra o senhor deputado Luís Ferreira da (CDU), esclarecendo que a CDU achava que este ponto deveria ser votado em separado. Sobre o mapa de pessoal, uma vez que a CIMLT e os Municípios tinham aceite a descentralização de competências, tinha verificado que existia no quadro de pessoal lugar para catorze bombeiros, para contrato a termo resolutivo certo. Assim, questionou quanto tempo essas pessoas iriam estar nesse tipo de contrato e qual era solução para essas pessoas em termos de continuidade, sendo trabalhadores temporários. Eram pessoas a quem se devia dar direitos e garantias de continuidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, lembrando que todas as Comunidades tinham sido desafiadas a constituir uma Brigada de Sapadores Florestais. Para estas Brigadas, a CIMLT tinha um determinado apoio, que se traduzia numa verba que o Estado transferia e, ao mesmo tempo, os Sapadores prestavam serviço público em matas nacionais ao ICNF. Posteriormente a isto, tinha havido Comunidades que não quiseram Brigadas. A CIMLT, por seu lado, tinha-se candidatado a uma segunda Brigada e, entretanto, tinha havido uma alteração nos vencimentos. Entendeu-se, assim, que o prejuízo financeiro era muito grande para se ter duas Brigadas. A CIMLT passou a ter uma Brigada e abriu-se concurso para quadro para quinze Sapadores Florestais, ficando a CIMLT só com uma Brigada, uma vez que as condições

iniciais tinham sido alteradas. O senhor Presidente referiu que esta Brigada fazia um trabalho muito importante todo o ano, mas essencialmente no Verão a dar apoio à Proteção Civil nos vários Municípios.

--- Submetido à votação o orçamento para 2022, grandes opções do plano 2022-2027 e mapa de pessoal para 2022, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:

Votos a favor: 26 (PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda e Movimento 2021 É O ANO);

Abstenções: 6 (CDU).

--- Passou-se de seguida para o **Oitavo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação da proposta de orçamento para 2022 e grandes opções do plano 2022-2027.**

--- Submetido a votação a proposta de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito da apresentação da proposta de orçamento para 2022 e grandes opções do plano 2022-2027, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**

--- Passou-se de seguida para o **Nono Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de segunda revisão ao orçamento para 2021 e grandes opções do plano 2021-2025, e autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas.**

--- Submetido a votação a proposta de segunda revisão ao orçamento para 2021 e grandes opções do plano 2021-2025, e autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:

Votos a favor: 26 (PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda e Movimento 2021 É O ANO);

Abstenções: 6 (CDU).

--- Passou-se de seguida para o **Décimo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de autorização para a assunção de compromisso plurianual, com prazo de execução superior a 36 meses, para aquisição através de leasing de uma viatura 100% elétrica ao abrigo de candidatura aprovada ao Fundo Ambiental.**

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Rui Filipe Santos (CDU)**, questionando para que serviço e qual a funcionalidade da viatura elétrica.

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, lembrando que estavam a fazer-se um conjunto de ações que tinham a ver com

Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2021

questões ambientais, e o melhor exemplo era o da iluminação pública. Referiu que a CIMLT tinha sido a Comunidade que mais tido investido nesta área, com mais de catorze milhões de euros, o que em muitos concelhos tinha reduzido ou retirado o vapor de sódio, ao colocar todas as lâmpadas a LED. Os ganhos dessa operação tinham sido tanto económicos como ambientais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres** respondendo que havia candidaturas ao Fundo Ambiental e que a CIMLT tinha uma estratégia para ter uma região de excelência em termos ambientais. Em 2003, quando se tinha criado as Águas do Ribatejo, já nessa altura a CIMLT se tinha candidatado ao Fundo Ambiental. No caso da viatura elétrica, a CIMLT tinha de abater uma viatura mais antiga e iriam adquirir em regime de leasing a viatura elétrica, financiada pelo Fundo Ambiental. A viatura ficava afeta ao **Primeiro-Secretário** para as viagens que tinha de fazer na Lezíria e estaria também disponível para outros serviços e projetos da CIMLT. Na opinião do senhor Primeiro-Secretário, a CIMLT devia dar o exemplo de alternativa de mobilidade, sendo esta a primeira viatura. Disse esperar que no futuro outras pudessem vir, para a pouco e pouco irem acabando com os carros a combustão.-----

--- Submetido a votação a autorização para a assunção de compromisso plurianual, com prazo de execução superior a 36 meses, para aquisição através de leasing de uma viatura 100% elétrica ao abrigo de candidatura aprovada ao Fundo Ambiental, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, as Minutas das votações dos pontos constantes na Ordem do Dia, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.-----

--- De seguida foi efetivada a tomada de posse ao Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

O PRESIDENTE DA MESA



Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2021

O VICE-PRESIDENTE DA MESA

Francisco Fátima Gomes Barros

A SECRETÁRIA DA MESA

Diana Rêgo